



Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.
CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 05"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R\$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R\$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R\$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem,

operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: Linha de Transmissão Igarapé III – Janaúba 3, segundo circuito, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igarapé III e término na Subestação Janaúba 3. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 11 municípios dos Estados da Bahia: Caetité, Guanambi, Candiba, Pindaí, Urandi, Espinosa, Monte Azul, Mato Verde, Catuti, Pai Pedro, Porteirinha. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho/2023, a RAP (Receita Anual de Permissão) é de R\$ 119,15 milhões, atualizada anualmente pelo IPCA, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura), que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 60, de 1 de agosto de 2017. A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 05 está com todos os seus ativos em Operação desde o início de 2021, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas em 06 de janeiro de 2021 quando entrou 100% em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 5,63 bilhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R\$ 141,00 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de

R\$ 11,2 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 129,78 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 28,71 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 17,15 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 18 de agosto de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) emitiu o Laudo Constitutivo nº 105/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2022 a 2031. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 83,86 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 416,69 milhões. As dívidas da SPE 05 têm 4,18% de vencimentos no curto prazo. **Relacionamento com auditores externos.** A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (I) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (II) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)					
Ativo Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo Circulante	Nota
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.659	24.777	Fornecedores	9
Aplicações financeiras	6	19.540	57.408	Empréstimos e financiamentos	10
Contas a receber de clientes		14.828	12.052	Debêntures	11
Impostos e contribuições a recuperar		361	361	Dividendos a pagar	15
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		7.822	10.228	Impostos e contribuições a recolher	
Adiantamento a fornecedores		36	4.672	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	12
Outras contas a receber		2.239	1.338	PIS e COFINS diferidos	13
Ativos de contrato	8	131.914	124.463	Encargos setoriais	
		203.399	235.299	Outras contas a pagar	
				Total do passivo circulante	47.999
Total do ativo circulante				Não circulante	
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	10
Aplicações financeiras	6	10.648	9.663	Debêntures	11
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		20	433	PIS e COFINS diferidos	13
Intangível		1.280	1.335	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12
Ativos de contrato	8	931.031	906.274	Outros passivos	
		942.979	917.705	Total do passivo não circulante	678.630
Total do ativo não circulante				Patrimônio líquido	
Total do ativo		1.146.378	1.153.004	Capital social	16.1
				Reserva de lucros	16.2
				Total do patrimônio líquido	
				Total do passivo e patrimônio líquido	1.146.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)									
Reservas de lucros									
	Notas	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		89.257	14.005	243.123	-	14.977	6.805	-	368.167
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	80.503	80.503
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	3.289	-	-	-	-	(3.289)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	14.717	-	-	(14.717)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	(3.787)	-	-	-	-	(3.787)
Constituição de reserva para investimentos e expansão		-	-	-	-	4.209	-	(4.209)	-
Dividendos adicionais distribuídos - 2021		-	-	-	-	-	(6.805)	(6.805)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(625)	(625)
Dividendos intermediários pagos		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	57.663	(57.663)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		89.257	17.294	239.336	14.717	19.186	57.663	-	437.453
Dividendos adicionais distribuídos - 2022		-	-	-	-	-	(57.663)	-	(57.663)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	83.857	83.857	-
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	16.2 a	-	-	-	17.083	-	-	(17.083)	-
Constituição de reserva legal	16.2 b	-	550	-	-	-	-	(550)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	(662)	(662)
Dividendos intermediários distribuídos	15	-	-	-	-	(6.900)	-	(30.333)	(37.233)
Realização da reserva de lucros a realizar	16.2 c	-	-	(6.003)	-	-	-	-	(6.003)
Constituição de dividendos adicionais propostos	16.2 e	-	-	-	-	-	30.637	(30.637)	-
Constituição de reserva para investimentos e expansão	16.2 d	-	-	-	-	4.592	-	(4.592)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.257	17.844	233.333	31.800	16.878	30.637	-	419.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	17	10.225	16.499
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	17	130.778	136.366
Receita operacional líquida		141.003	152.865
Custo dos serviços prestados	18	(9.919)	(17.214)
Lucro bruto		131.084	135.651
Despesas gerais e administrativas	18	(1.324)	(1.349)
Outras despesas operacionais, líquidas		(37)	(51)
Total de despesas operacionais		(1.361)	(1.400)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		129.723	134.251
Receitas financeiras	19	9.501	6.942
Despesas financeiras	19	(38.220)	(41.645)
Resultado financeiro		(28.719)	(34.703)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		101.004	99.548
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(5.873)	(3.715)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(11.274)	(15.330)
Impostos sobre o lucro		(17.147)	(19.045)
Lucro líquido do exercício		83.857	80.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	83.857	80.503
Total de outros resultados abrangentes	83.857	80.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)	
1. Contexto operacional. A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissora S.A., empresa do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: Linha de Transmissão Igarapé III - Janaúba 3, em 500 kV, com extensão aproximada de 257 ⁽¹⁾ quilômetros. ⁽¹⁾ Informação não auditada. 1.1. Contrato de concessão. O Contrato de Concessão nº 013/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser revogado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.600/2020, com validade pelo período de dez anos, contados a partir de sua assinatura em 17 de dezembro de 2020, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Declaração de conformidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)	
	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	83.857
Ajuste para:	
Amortização	55
Margem da receita de construção	-
Remuneração de ativos de contrato	(150.321)
Receita de operação e manutenção	(12.732)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	32.731
Rendimentos de aplicações financeiras	(9.962)
PIS e COFINS diferidos	9.098
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	5.873
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	11.274
Valor adicionado	(30.127)
Variações em:	
Contas a receber de clientes	128.069
Impostos e contribuições a recuperar	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	295
Ativos de contrato	-
Adiantamento a fornecedores	4.636
Outros ativos circulantes	(901)
Fornecedores	103
Impostos e contribuições a recolher	70
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(19)
Encargos setoriais	465
Outras contas a pagar	1.903
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(29.331)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(6.103)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	69.800
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aplicação financeira	46.845
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	46.845
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.312)
Amortização de debêntures	(422)
Dividendos pagos	(99.309)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(114.043)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.882
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.659
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é cumprir é a contraprestação pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. São montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato.** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de performance estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). A medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida

contingência

EQUATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais.** **SUDENE.** Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 216/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031. **3.5. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICCP 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais e presentes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos.** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 76% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros. 3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior a mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alocar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a intenção de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas** Ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3. Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4. Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Capital social. 3.8.1. Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPB 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações.** O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20				
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 - Contratos de seguro; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 32 - Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e CPC 49 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; and Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction		01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21				
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) - Ativo intangível; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 28 - Propriedade para investimento; CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; CPC 48 - Instrumentos financeiros; e CPC 50 - Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia
O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.				
Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)				
Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante				
Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:				
• O que se entende por direito de adiar a liquidação.				
• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.				
• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.				
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetam sua classificação.				O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.				
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação)				
Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.				
Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	
O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	
4. Assuntos regulatórios. A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP (Receita Anual de Permissão) é de R\$ 119.154, homologada pela REH nº 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,42% a RAP.				

5. Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	9	13
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	26.650	24.764
Total	26.659	24.777
(a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 102,91% a.a. do CDI (101,92% do CDI em 31 de dezembro de 2022).		
6. Aplicações financeiras		

Circulante		
Fundos de investimentos (a)	19.540	–
Cotas de fundos de investimento	–	57.408
Total circulante	19.540	57.408
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	10.648	9.663
Total não circulante	10.648	9.663
Total	30.188	67.071

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compradas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. do CDI (100,77% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7. Partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	2023	2022
--	------	------

		Ativo	Efeito no	Ativo	Efeito no
		(passivo)	resultado	(passivo)	resultado
Empresas	Nota	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	117	–	114	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	213	–	196	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	87	–	90	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	75	–	76	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	243	–	201	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	12	–	12	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	221	–	198	–
Total		968		887	
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	7	15	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	66	20	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3	6	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5	10	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	4	8	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	1	1	–	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	–	1	–	–
Total		86	61		
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(4)	(14)	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(d)	(300)	(300)	(300)	(300)
Total		(304)	(314)	(302)	(312)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(99)	(329)	(86)	(319)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(12)	(129)	(26)	(110)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(11)	(61)	(24)	(47)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(10)	(41)	(10)	(40)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(10)	(46)	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(3)	(10)	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(1.211)	(281)	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	–	(1)	–	–
Integração Transmissora de Energia S/A (INTESA)	(b)	(1)	(2)	–	(1)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(1.208)	(3.824)	(724)	(1.708)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	–	(416)	(167)	–
Total		(2.565)	(5.140)	(1.038)	(2.226)
Mútuos					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	–	–	–	(925)

(a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial Energia S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (f) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. no montante de R\$ 50.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. O montante foi liquidado em 09 de abril de 2022, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação dos empréstimos; e (g) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 15 - Dividendos a pagar. **7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração.** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 133 (RS 221 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2. Garantias e fianças. A Equatorial Energia S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), parte relacionada e controladora da Companhia, respectivamente, prestam garantias como avalista (s) ou ladadora (s) da Companhia com ônus/(*) nos contratos de financiamentos, debêntures e apólices de seguros, conforme abaixo listados:

Transmissão S.A., com o objeto de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (f) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Par Distribuidora de Energia S.A. no montante de R\$ 50.000,00; a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com vencimento em 24/02/2023; (g) Avarias decorrentes de danos materiais causados por terceiros, com valor explicativa nº 10-2; (h) Movimentação dos empréstimos; e (i) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 15 - Dividendo a pagar.

7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração de pessoal-chave da Administração com três membros no Conselho da Administração e cinco membros no Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhado para as controladas da Paro para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 133 (R\$ 133 mil e 221 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas-chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b)

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

9. Fornecedores. Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	6.833	6.733
Partes relacionadas- nota explicativa nº 7	304	302
Encargos de uso da rede elétrica	10	9
Total	7.147	7.044

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão. 10. Empréstimos e financiamentos. 10.1. Composição dos saldos

		2023			
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
				Não Circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	16.042	319.605	335.647
Subtotal			16.042	319.605	335.647
(-) Custo de captação	–	–	(119)	(1.682)	(1.801)
Total empréstimos e financiamentos			15.923	317.923	333.846

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
				Não Circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	15.835	334.815	350.650
Subtotal			15.835	334.815	350.650
(-) Custo de captação	–	–	(119)	(1.801)	(1.920)
Total empréstimos e financiamentos			15.716	333.014	348.730

10.2. Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.716	333.014	348.730
Encargos	24.636	–	24.636
Transferências	15.091	(15.091)	–
Amortizações de principal	(14.312)	–	(14.312)
Pagamento de juros	(25.327)	–	(25.327)
Custo de captação (a)	119	–	119
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.923	317.923	333.846

11.2. Características das debêntures

	Emissão 1ª (a)	Característica das debêntures (1)/(3)/(4)/(5)/(6)
(1)	Emissão pública de debêntures simples	
(3)	Não conversíveis em ações	
(4)	Espécie quirografária	
(5)	Debêntures incentivadas	
(6)	Garantia adicional fidejussória	

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

11.3. Cronograma de amortização da dívida: As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

		2023		
Vencimento		Valor	%	
Circulante		1.477	2%	
2025		1.709	2%	
2026		2.564	3%	
2027		3.418	4%	
2028		4.273	5%	
Até 2039		72.212	87%	
Subtotal		84.176	101%	
Custo de captação (não circulante)		(2.812)	-3%	
Total não circulante		81.364	98%	
Total debêntures		82.841	100%	

11.4. Covenants: As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2023.

Covenants

	Debêntures
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,2
Dívida líquida/EBITDA Fiadora: <=5,0	4,7

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. 12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. 12.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

		2023	2022		
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL		101.004	101.004	99.548	99.548
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	
Pela alíquota fiscal (A)		25.251	9.090	24.887	8.959
Adições:					
Custo de construção – CPC 47				3.669	1.321
Remuneração e RAP - Ativos de contrato (a)		27.232	9.804	25.301	9.108
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio		6	2	–	–
Outras provisões permanentes		51	18	–	–
Total de adições [B]		27.289	9.824	28.970	10.429
Exclusões:					
Receita de ativos de contrato - CPC 47		(35.306)	(12.710)	(39.072)	(14.065)
Outras exclusões		(47)	–	(45)	(16)
Outras exclusões permanentes		(104)	(29)	(23)	–
Total das exclusões (C)		(35.457)	(12.739)	(39.140)	(14.081)
Compensações:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]		–	(302)	–	(1.592)
Deduções:					
IRPJ subvenção governamental (E) (b)		(17.083)	–	(14.717)	–
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício (A+B+C+D+E)		–	(5.873)	–	3.715
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício		(8.067)	(3.207)	10.101	5.229
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício		(8.067)	(9.080)	10.101	8.944
Alíquota efetiva		8%	9%	10%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017, onde discorre a respeito do diferimento da tributação do lucro sobre os ativos financeiros; e (b) Ver nota explicativa nº. 3.4.1 - Benefícios fiscais. 12.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

		2023		
Reconhe-		Ativo	Passivo	
cimento no	Valor	fiscal	fiscal	
2022	resultado	líquido	diferido	diferido
Prejuízo fiscal	5.261	–	5.261	–
Base negativa de CSLL	302	(302)	–	–
Custo/Receita de construção - CPC 47	(159.583)	(10.980)	(170.563)	–
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	–	8	8	8
Total	(154.020)	(11.274)	(165.294)	5.269

12.3. Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021		4.995
IRPJ e CSLL correntes do exercício		3.715
Tributos retidos/antecipações IR/CSLL		(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		8.632
IRPJ e CSLL correntes do exercício		5.873
Reclassificação de IRPJ e CSLL		(2.524)
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL		(6.103)
Tributos retidos IRPJ e CSLL		(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5.859

12.4. Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2025, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	2025	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	4.167	1.102	5.269

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.794	331.031	381.825
Ingressos	–	22.897	22.897
Encargos	34.067	(3.618)	30.449
Transferências	17.296	(17.296)	–
Amortizações de principal	(42.143)	–	(42.143)
Pagamento juros	(44.417)	–	(44.417)
Custo de captação (a)	119	–	119
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.716	333.014	348.730

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. 10.3. Cronograma de amortização da dívida. Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

		2023		
Vencimento		Valor	%	
Circulante		15.923	5%	
2025		16.054	5%	
2026		16.879	5%	
2027		17.342	5%	
2028		17.418	5%	
Até 2039		251.912	76%	
Subtotal		319.605	96%	
Custo de captação (Não circulante)		(1.682)	-1%	
Não circulante		317.923	95%	
Total		333.846	100%	

10.4. Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e covenants, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. 11. Debêntures: 11.1. Movimentação das debêntures: A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.014	78.277	79.291
Encargos	4.020	–	4.020
Transferências	463	(463)	–
Amortizações de principal	(422)	–	(422)
Pagamento de juros	(4.004)	–	(4.004)
Variação monetária	209	3.550	3.759
Custo de captação (a)	197	–	197
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.477	81.364	82.841

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	578	74.160	74.738
Encargos	3.880	–	3.880
Transferência	133	(133)	–
Pagamento de juros	(3.853)	–	(3.853)
Variação monetária	79	4.329	4.408
Custo de captação (a)	197	–	197
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.014	78.277	79.291

Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

		2023		
Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento
Única	66.000	TPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39
				Total
				1.477
				81.364
				82.841

13. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	14.000
Receita de ativos de contrato no exercício	150.321	156.728
Perda na realização dos ativos de contrato	–	(14.603)
	150.321	156.125
	13.906	14.442
	(4.808)	(4.222)
	108.371	98.151
	117.469	108.371
	5.071	4.469
	112.398	103.902

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da receita (RAP) mensal. 14. Provisão para riscos judiciais: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 1.002 (R\$ 927 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue: 14.1. Cível: A Companhia figura como ré em 3 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (3 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, referem-se à servidão de passagem e irregularidade registral. Em 31 de dezembro de 2023, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 8001074-29.2020.8.05.0036, de servidão de passagem no montante de R\$ 932 (R\$ 963 em 31 de dezembro 2022). 15. Dividendos a pagar: Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	83.857	80.503
(-) Reserva legal	(550)	(3.287)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(17.083)	(14.762)
Lucro líquido ajustado	66.224	62.454
Dividendos mínimos obrigatórios	663	625
Realização da Reserva de lucros a realizar - dividendos mínimos	6.003	3.787
Dividendos intermediários pagos	37.233	–
Dividendos adicionais propostos	30.636	57.663
Total dividendos	74.535	62.075

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021		3
Dividendos adicionais distribuídos de 2021		6.805
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022		625
Dividendos da reserva de lucro a realizar		3.787
Pagamento de dividendos no exercício		(6.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		4.412
Dividendos adicionais distribuídos de 2022		57.663
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023		663
Dividendos intermediários distribuídos		37.233
Dividendos da reserva de lucro a realizar		6.003
Pagamento de dividendos no exercício		(99.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		6.665

16. Patrimônio líquido. 16.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia totalmente integralizado é de R\$ 89.257. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 89.256.948 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 100.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 16.2. Reserva de lucros

	2023	2022
Reserva legal	(a)	17.844
Reserva de incentivos fiscais	(b)	31.800
Reserva de lucros a realizar	(c)	233.333
Reserva para investimento e expansão	(d)	16.878
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	30.637
Total		330.492

a. Reserva de incentivos fiscais: A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 31.800 (R\$ 14.717 em 31 de dezembro de 2022), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. b. Reserva legal: É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 17.844 (R\$ 17.294 em 31 de dezembro de 2022). c. Reserva de lucros a realizar: Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constitui-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 233.333 (R\$ 239.336 em 31 de dezembro de 2022.). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP. Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	239.336	243.123
Constituição	–	–
Realização	(6.003)	(3.787)
Saldo final em 31 de dezembro	233.333	239.336

d. Reserva para investimento e expansão: Reserva estatutária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital

de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva para investimento e expansão é de R\$ 16.878 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 19.186). e. Reserva de dividendos adicionais propostos: Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 22 - Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 30.637 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 57.663 em 31 de dezembro de 2022). 17. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura e outras	–	14.000
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	12.732	6.186
Receita de operação e manutenção (b)	12.732	20.186

	2023	2022
Deduções da receita	(885)	(755)
PIS/COFINS corrente	–	(1.296)
PIS/COFINS diferidos	(1.622)	(1.636)
Encargos do consumidor (c)	(2.507)	(3.687)
	10.225	16.499

Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas

Receita de remuneração de ativos de contrato (d)

Remuneração de ativos de contrato	150.321	156.728
PIS/COFINS corrente	(10.445)	(5.965)
PIS/COFINS diferidos	(9.088)	(14.497)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	130.778	136.366
Receita operacional líquida	141.003	152.965

(a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra e início da operação; (b) O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo do crescimento do custo realizado em 2023, somado a variação de margem de operação que está diretamente ligada à eficiência na operação; (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 - Ativos de contrato. 17.1. Margens das obrigações de performance

	2023	2022
--	------	------

